



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDNAIRA SINARA DA SILVA LUIZ

**GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA
ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO (CAMPINA GRANDE- PB)**

CAMPINA GRANDE- PB

2020

EDNAIRA SINARA DA SILVA LUIZ

**GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA
ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO (CAMPINA GRANDE- PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ma. Barbara da Rocha Figueiredo Chagas.

CAMPINA GRANDE- PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L953g Luiz, Ednaira Sinara da Silva.
Gênero e educação [manuscrito] : reflexões a partir da experiência na Escola Municipal Ana Azevedo (Campina Grande - PB) / Ednaira Sinara da Silva Luiz. - 2020.
23 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Barbara da Rocha Figueiredo Chagas, Coordenação do Curso de Serviço Social - CČSA."
1. Diversidade. 2. Gênero. 3. Educação. 4. Patriarcado. 5. Serviço Social. I. Título
21. ed. CDD 305.3

EDNAIRA SINARA DA SILVA LUIZ

**GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA
ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO (CAMPINA GRANDE- PB)**

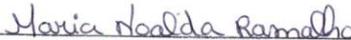
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Aprovado em: 02/03/2020

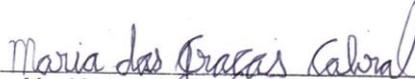
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Barbara da Rocha Figueiredo Chagas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Maria Noalda Ramalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Ma. Maria das Graças Cabral
Assistente Social da Escola Ana Azevedo

Dedico este TCC a minha mãe Edneide da Silva Luiz (Nina), que sempre me mostrou o valor dos estudos, que aos 33 anos voltou à sala de aula para cursar o 6º ano do Ensino Fundamental e com êxito concluiu o ensino médio, que aos 50 anos de idade passou em um concurso público. Esse foi o legado que ela me deixou e que eu deixo para minhas filhas Emmily Lariny e Ellem Gabryela e minhas netas Nina Ariela e Lúcia Hellena.

Eu, aos 39 anos de idade me torno um assistente social, que eu possa servir de inspiração para elas assim como a minha mãe foi para mim.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	22
Fotografia 2	22

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
1. INTRODUÇÃO.....	07
2. FUNDAMENTOS SOCIO HISTÓRICOS DA OPRESSÃO A MULHER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	9
3. GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	13
4. TRABALHANDO GÊNERO COM O CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ANA AZEVEDO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA.....	16
5. CONCLUSÃO.....	19
6. REFERÊNCIAS.....	20
ANEXO A - FOTOS DAS INTERVENÇÕES.....	22

Gênero e Educação: reflexões a partir da experiência na Escola Municipal Ana Azevedo (Campina Grande– PB)

Ednaira Sinara da Silva Luiz¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca da diversidade e dos conflitos relacionados ao debate de gênero no âmbito escolar a partir do Projeto de Intervenção “Trabalhando Gênero com o Corpo Docente e demais funcionários da Escola Municipal Ana Azevedo” no Município de Campina Grande – PB. Durante a nossa experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social realizada na referida escola, no período de março de 2017 a junho de 2018, observamos várias situações em que os conflitos relacionados a gênero nos fizeram pensar na importância da aplicação de um projeto de intervenção acerca da diversidade de gênero, objetivando compartilhar saberes e vivências com os docentes e funcionários da escola, com o objetivo de que estes pudessem conhecer e refletir acerca de conceitos e comportamentos desenvolvidos na instituição e compreender o seu papel na escola e na sociedade diante das diferenças e desigualdades. O desenvolvimento do projeto proporcionou a reflexão e ampliação do olhar sobre a diversidade na escola, além da compreensão acerca do papel da escola e da família, na construção (e na negação) da diversidade. Através da contribuição do referido projeto de intervenção foi possível aos docentes e demais funcionários da instituição, identificar situações discriminatórias no dia a dia da escola, fornecendo assim, ferramentas para o envolvimento de todos na melhor compreensão desse tipo de problemática.

Palavras-chave: Diversidade. Gênero. Educação. Patriarcado. Serviço Social.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the diversity and conflicts related to the gender debate in the school environment from the Intervention Project “Working Gender with the Faculty and other employees of the Municipal School Ana Azevedo” in the Municipality of Campina Grande - PB During our experience of compulsory internship in Social Work at the school, from March 2017 to June 2018, we observed several situations in which gender-related conflicts made us think about the importance of applying an intervention project. about gender diversity, aiming to share knowledge and experiences with teachers and school staff, with the aim that they could know and reflect on

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I. E-mail: ariande2@hotmail.com

concepts and behaviors developed in the institution and understand their role in school and society in the face of differences and inequalities. The development of the project provided reflection and a broader look at diversity at school, in addition to understanding the role of school and family, in the construction (and denial) of diversity. Through the contribution of the aforementioned intervention project, it was possible for teachers and other employees of the institution to identify discriminatory situations in the day-to-day activities of the school, thus providing tools for the involvement of everyone in a better understanding of this type of problem.

Keywords: Diversity. Genre. Education. Patriarchate. Social service.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, temos como objetivo discutir a diversidade de gênero relacionada ao âmbito escolar, a partir do desenvolvimento do Projeto “Trabalhando Gênero com o corpo docente da Escola Municipal Ana Azevedo no Município de Campina Grande-PB”, bem como refletir sobre o papel da escola e da família, na construção da diversidade, especialmente no tocante a identificação de situações discriminatórias no cotidiano escolar.

A Escola Ana Azevedo foi fundada em 1949 e localiza-se na Avenida das Nações no Bairro das Nações no Município de Campina Grande – PB. A Instituição continha 177 alunos matriculados e distribuídos nas seguintes modalidades: no turno da manhã e no turno da tarde, educação Infantil, ensino fundamental I e o atendimento especializado educacional (AEE).

O corpo docente é composto por onze professores efetivos e dois professores contratados, todos formados. A instituição também conta com um educador social de capoeira, uma gestora, uma assistente social, uma orientadora educacional, duas secretárias, sendo uma efetiva e outra contratada, além de outros funcionários do quadro efetivo.

Nesse sentido, este artigo apresenta o trabalho realizado com os docentes e funcionários da referida escola a partir de uma discussão sobre a diversidade de gênero para que pudessem refletir sobre as temáticas, bem como para que, se necessário, reformulem conceitos, atitudes e paradigmas, em que os mesmos possam compreender o seu papel na sociedade diante das diferenças.

O interesse pela temática surgiu em decorrência da experiência vivenciada no estágio obrigatório em Serviço Social, que ocorreu no período de fevereiro de 2017 a junho de 2018, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo, em Campina Grande (PB).

Durante esse processo observamos várias situações em que os conflitos relacionados a gênero nos fizeram pensar na importância do desenvolvimento de um projeto de intervenção na escola pública acerca da diversidade, onde será compartilhado saberes e vivências dentro e fora da instituição.

Estas observações nos levaram ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção que teve início em fevereiro de 2018 e se estendeu até junho de

2018². Para seu desenvolvimento fizemos uso, inicialmente, de uma sondagem com o corpo docente e funcionários (aplicação de questionários) com intuito de identificar a percepção deles a respeito da temática, bem como da compreensão acerca dos conflitos relacionados a essa problemática e suas formas de intervenção. Posteriormente, realizamos oficinas com o corpo de funcionários da instituição, em que foi possível refletir conjuntamente acerca das temáticas.

Para a elaboração deste trabalho, utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica (livros, artigos científicos, monografias, dissertações), referente às temáticas da opressão da mulher, situando a histórica hierarquia entre o masculino e o feminino. Realizamos, ainda, reflexões acerca da temática de gênero relacionada à educação, na perspectiva de uma educação não sexista, identificando as relações de construção de gênero no âmbito escolar e a desigualdade de gênero e diversidade de gênero reproduzidas neste espaço, em que buscamos as principais contribuições teórico-conceituais, considerando os objetivos da pesquisa. Destacamos que toda a revisão bibliográfica e análise teórica situam-se no campo da tradição materialista histórica dialética.

O presente artigo divide-se, então, em três tópicos. Inicialmente abordaremos o processo sócio histórico acerca da opressão a mulher, fazendo um resgate histórico da cultura patriarcal presente em nossa sociedade e de todas as consequências inerentes ao pensamento conservador arraigado a essa concepção.

No segundo tópico, discutiremos sobre a importância de apreender e analisar de forma crítica e reflexiva as práticas sexistas no cotidiano da escola, para que assim seja possível trabalhar essa temática objetivando desmistificar a concepção dos papéis atribuídos a figura do homem e da mulher.

No terceiro tópico, traremos a discussão acerca dos resultados obtidos no desenvolvimento do projeto de intervenção junto ao corpo docente e funcionários da instituição.

Contextualizaremos as percepções, posturas e comportamentos apreendidos durante os encontros e reuniões, bem como problematizaremos discussões sobre as mais variadas opiniões dos professores e funcionários expondo a importância de estarmos em constante envolvimento com a temática da diversidade para que assim possamos desmistificar os conceitos conservadores difundidos pela ideologia dominante e assim traçarmos formas de enfrentamento e lutarmos na busca por igualdade de direitos.

A partir desse estudo e reflexão teórica, é possível identificar a relevância dessa temática, pois acreditamos que essa discussão estimulará o corpo docente da referida escola na construção da sua vida profissional, e a partir do projeto de intervenção, nas suas ações dentro da instituição com uma visão mais consciente de como lidar com as diferenças de cada ser humano.

Entendemos que o projeto contribuiu para a tarefa de desmistificar e/ou desconstruir preconceitos existentes no âmbito escolar, bem como deixar sugestões e reflexões para que novos projetos e ações surjam através dessa intervenção.

² Essas ações foram supervisionadas pela Prof^a Dra. Maria Noalda Ramalho (Supervisora Acadêmica) e pela Assistente Social Ma. Maria das Graças Cabral (Supervisora de Campo).

2. FUNDAMENTOS SOCIOHISTÓRICOS DA OPRESSÃO A MULHER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O resgate histórico dos fundamentos da opressão às mulheres demonstra que sua origem está relacionada à instituição da propriedade privada e concomitantemente a divisão da sociedade em classes. Isso implica dizer que a submissão social da mulher não se constitui como algo natural e/ou biológico, mas que sua configuração acompanha as transformações ocorridas na sociedade em cada época, tornando-se, portanto, um produto histórico.

Engels (1981) explica alguns elementos para o entendimento da origem da opressão à mulher em seu livro “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, destacando que nas primeiras formas de sociabilidade não existia a subordinação da mulher ao homem, mas sim uma divisão social do trabalho acentuada na perspectiva da sociedade comum, definida pela convivência grupal.

Com a propriedade privada surge o patriarcado e provoca alterações nas relações familiares. No dizer de Pinheiro (2008) a família patriarcal, como o próprio nome sugere, baseia-se na exploração do homem sobre a mulher. Enquanto a sexualidade do homem é estimulada e reforçada, com a mulher, ocorre o contrário, sua sexualidade passa a ser reprimida.

A propriedade privada traz em seu bojo a divisão da sociedade em classes antagônicas. À medida que a produtividade do trabalho aumentava, o homem adquiria posição mais importante que a da mulher na família, já que agora ele era o responsável pelas atividades fundamentais para a reprodução da sociedade.

Corroborando com essa discussão (Lessa, 2012, p. 33) esclarece que:

Esta divisão de trabalho entre os sexos retirou a mulher da vida coletiva e a isolou no interior do lar. [...] A vida coletiva já não mais lhe diz respeito. A qualidade das relações sociais que as mulheres podem agora estabelecer nem de longe se compara com a das relações dos homens. Ser masculino e ser feminino incorporam, agora, essa nova determinação: aos homens cabe pensar os grandes problemas e decidir o destino da humanidade; às mulheres está reservado o pobre horizonte de cuidar dos filhos, dos alimentos e da casa.

A instituição da família monogâmica patriarcal proporcionou ao homem se sobrepôr à mulher em vários aspectos da vida social. Esse fator provocou, portanto, a desvalorização e concomitantemente a subordinação da mulher ao homem. A mulher passa então a ser retirada dos espaços sociais, cabendo-lhe apenas o cuidado com a casa e com os filhos.

Engels (1891, p. 61) explica que a transição do matriarcado para o patriarcado representou:

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução [...].

Sendo assim, a mulher começa a ser subalternizada em razão da condição econômica que o homem passa a possuir na sociedade, a partir da divisão social do trabalho e de classes, uma vez que essa divisão da sociedade em classes antagônicas provocou transformações sociais e divergências nas novas relações que começavam a desenhar-se.

Percebe-se, portanto, que o advento do patriarcado (passagem do matriarcado para patriarcado) incorporou na sociedade a opressão e exploração da mulher que até então vivia, na comunidade primitiva, de forma livre, desempenhando um papel de igualdade para com os homens, não sendo vista apenas como mera reprodutora e sim uma pessoa dotada de responsabilidades e sendo bastante considerada pela família e pelo grupo e/ou comunidade a que pertencia.

Cisne (2014), explica que o patriarcado encontra-se necessariamente atrelado às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista essa opressão que tem origem nas sociedades pré-capitalistas conforme aqui apresentada, assume novas características. Nessa nova configuração o ambiente doméstico não deixa de ser o ambiente da mulher, mas pela necessidade de força de trabalho do sistema reprodutivo do capital, a figura feminina passa a fazer parte também do mercado de trabalho.

Entretanto, é importante destacar que mesmo as mulheres fazendo parte do mundo do trabalho, o que se percebe por muitas vezes é que as mulheres acabam sendo condicionadas a trabalhos subalternos, subservientes, a exercerem atividades mal remuneradas (salários inferiores aos dos homens) e acabam por desempenhar uma dupla e/ou tripla jornada de trabalho (acumulam o trabalho doméstico com o trabalho produtivo e o cuidado com os filhos).

Acerca dessa problemática a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE³ em 2018 e publicada em 08 de março de 2019 constatou que as mulheres ganham menos do que os homens, o que demonstra que há uma disseminação da desigualdade no mercado de trabalho.

Essa realidade, na maioria das vezes, apresenta-se de forma velada em nossa sociedade. No entanto, é notório que dentre outros fatores de opressão/exploração a mulher, a maior discriminação é em relação a diferença de salário, mesmo a mulher ocupando postos de trabalho de mesma natureza que o homem, ainda há uma discrepância nesse sentido.

Saffioti (2013, p. 67) ao discorrer sobre a mulher na sociedade de classes aponta que:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...].

³ O estudo do IBGE foi feito em alusão ao Dia Internacional da Mulher e teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua) de 2018.

Logo, esse fator é proveniente da herança histórica que elas carregam, e tal realidade acaba revelando que a mulher, na verdade, sai parcialmente do ambiente privado/doméstico, insere-se no mercado de trabalho e acumula ambas as funções.

Toledo (2008, p. 54), ao falar sobre a dupla jornada de trabalho faz a seguinte observação:

O trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. Além de embrutecê-la, porque toma-lhe o tempo ao aprimoramento intelectual e artístico, à participação política e social e separa da produção material do conjunto da sociedade ou reserva-lhe um lugar subalterno. Sendo assim, a questão da alienação da mulher em casa e no trabalho é um aspecto fundamental de sua opressão.

Percebe-se, portanto, que o advento do capitalismo provoca mudanças e avanços no tocante à posição da mulher na sociedade, mas esse avanço é carregado de retrocesso.

Ao discutir acerca desse assunto, Toledo (2008, p. 39) sinaliza que:

[...] apesar de haver sido confiscada pelo capital para ir à fábrica, a mulher não foi libertada da escravidão do trabalho doméstico. O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, uma vez que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa; ela é um ser único, que exerce essas duas funções sociais.

Diante desse contexto, a mulher é forçada a adaptar-se à nova realidade/condição imposta pelo sistema vigente, o qual exige uma postura ativa no mercado de trabalho.

Para Toledo (2008) a inserção da mulher no mundo do trabalho evidencia que o problema de sua opressão é um problema de classe, ou seja, um problema do capitalismo.

É sabido que a opressão e/ou exploração da mulher não ocorre de forma homogênea, uma vez que a intensidade ou forma com que tal fato ocorre depende da posição que a mulher ocupa na sociedade. “Às mulheres das classes privilegiadas é dado o direito de usufruir da riqueza que possuem [...]” (SAFFIOTI, 1987 p. 64). Sendo assim, a classe social que ela ocupa define o grau de sua exploração e/ou emancipação. Logo, o ideário burguês – e seu modo de produção acaba provocando, ao mesmo tempo, a exploração de classe e a opressão de sexo.

Reforçando o que foi mencionado acima, Toledo (2008, p. 117-118), faz a seguinte constatação:

[...] O mundo capitalista ainda está dividido entre uma classe burguesa, proprietária, que cada vez mais concentra mais em suas mãos a riqueza social, e uma classe proletária, cada vez mais miserável e espoliada. E cada vez que essa estrutura social se vê ameaçada, reage com mais energia e reforça as construções sociais,

os mitos e símbolos que servem para manter os de baixo oprimidos e explorados. [...] o problema da opressão a mulher, apesar de ter um link no gênero, na imagem que se construiu dela, na imagem que se construiu do homem como o macho opressor, não tem aí sua raiz. Mais: o gênero está determinado pela classe; ele se expressa de forma distinta na mulher burguesa e na mulher proletária [...].

Faz-se necessário compreender que a inserção da mulher no mercado de trabalho ocorre principalmente porque o capitalismo não havia desenvolvido suas forças produtivas o suficiente para não precisar de todos os braços e pernas existentes para fazer suas máquinas funcionarem.

Tal inserção implica mudança na posição social da mulher que “ganha” a possibilidade de conquistar alguns direitos que outrora eram inadmissíveis, a exemplo do direito de trabalhar, de votar, de estudar entre outros.

Esses direitos ganham legitimidade no bojo da sociedade, mas isso não impede que a mulher seja tratada de forma desigual perante o sexo masculino, a despeito das garantias legais e das legislações vigentes, a exemplo da Constituição de 1988 em seu artigo 5º e no inciso I ao estabelecer que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Pode-se constatar, a partir do exposto, que o surgimento do capitalismo intensificou a opressão e/ou exploração da mulher. E, ao mesmo tempo em que forneceu elementos para que ela reivindicasse sua emancipação, também provocou, dentro desse mesmo contexto, uma desvalorização de seu trabalho/de sua força produtiva.

Saffioti (1987), sinaliza ainda que não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera serem cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Para tanto, a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

Diante do exposto, compreende-se que a opressão a mulher ocorre em diferentes contextos históricos e que tal opressão é proveniente da construção histórica da sociedade, a qual define e delimita o papel do homem e da mulher em sua conjuntura social. O capitalismo modifica as formas de opressão (muda, mas mantém) assumindo apenas novos traços.

É sabido que do ponto de vista da reprodução capitalista existem instituições que formam/propagam, conforme a moral e os valores da sociedade, a opressão a mulher.

Partindo desse pressuposto, a escola constitui-se como uma dessas instituições, o qual reproduz o conservadorismo e/ou opressão, uma vez que a educação dentro do ideário capitalista é uma educação a serviço da ideologia dominante/ burguesa.

Sendo assim, ao analisarmos as questões de gênero torna-se possível compreendermos de forma crítica, as representações de desigualdade e opressão que se manifestam na escola e por ela são reproduzidas.

Abordaremos no próximo tópico as relações de gênero que se manifestam no âmbito escolar, o qual acaba transmitindo pensamentos e atitudes discriminatórias fundamentadas no sexo, contribuindo assim para a

disseminação do pensamento machista e a reprodução da ideologia dominante.

3. GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

De acordo com Lins (2016), gênero pode ser compreendido a partir de um dispositivo cultural construído historicamente e que classifica e posiciona o mundo a partir da relação do que se entende como feminino e masculino. É como se fosse um agente que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos, articulando as pessoas, as emoções, as práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder.

A discussão de gênero passa necessariamente pela abordagem do termo sexismo, o qual é indispensável para compreendermos as práticas discriminatórias que se fazem presentes nas relações sociais. O sexismo configura-se como a propagação de atitudes discriminatórias/excludentes que se dão em decorrência do sexo.

A mentalidade de que a mulher constitui-se como um ser inferior ao sexo masculino encontra-se fortemente presente em nossa sociedade e tem como finalidade manter vivo o sistema capitalista patriarcal. Essa visão acaba por desvalorizar, subjugar, excluir e discriminar a mulher.

Esse fator faz com que haja a promoção de desigualdades que se expressam através de atos e posturas machistas que por sua vez contribuem para a ocorrência de casos de violência, assédio, abusos contra as mulheres, além de incidir diretamente nos papéis sociais, e concomitantemente na posição que a mulher ocupa na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho.

Sendo assim, a visão sexista que predomina em nossa sociedade é responsável pela promoção de desigualdades e contribui para propagação de posturas machistas que acabam por legitimar e reforçar o preconceito e a discriminação relacionados às diferenças de gênero.

O mais preocupante é que essa visão machista/sexista na maioria das vezes não é percebida pela sociedade, sendo encarada com naturalidade e não sendo, portanto, percebida como algo relevante de reflexão crítica e passível de uma postura de resistência.

A escola, por sua vez, caracteriza-se como uma representação da sociedade e sendo a sociedade formada a partir de uma visão patriarcal, ela acaba transmitindo esses valores patriarcais machistas para seus alunos. Essa transmissão ocorre de várias formas, a saber: transmissão formal de conteúdos curriculares e materiais didáticos, nos discursos dos docentes, na prática e convivência com os outros alunos, segregação entre os gêneros (tais como a existência de fila para menino e fila para menina), entre outras.

A escola passa a moldar e disciplinar os indivíduos de acordo com os padrões e valores impostos pela sociedade e assim, a escola pode ser determinante para a construção de uma consciência crítica ou pode ser suporte para a reprodução da ideologia dominante.

Sobre a visão sexista, Ribeiro e Pátaro (2014, p. 02) tecem a seguinte consideração:

A visão sexista, de discriminação entre os sexos, é dominante em nossa sociedade e, por consequência, nas nossas escolas. Tanto nosso comportamento como a forma que pensamos, sentimos,

falamos, sonhamos ou fantasiemos é influenciado pela imagem que possuímos de nós. Construimos essa imagem com base nos modelos oferecidos pela sociedade em que vivemos. Não é a biologia que condiciona nossos limites e possibilidades, nosso comportamento e modo de ser, quem determina é a sociedade e a cultura.

Sendo assim, a escola possui uma parcela de responsabilidade no tocante a propagação dessas atitudes discriminatórias, uma vez que a instituição escolar encontra-se envolvida de identidades sexuais e de gênero e acaba por criar estereótipos sexuais “como próprios para meninos e para meninas”. Esse fator influencia no processo de construção da identidade de gênero.

Louro (1997, p.57) ao discutir gênero, sexualidade e educação nos apresenta a seguinte reflexão:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Partindo dessa análise, compreende-se que a escola produz desigualdades, as quais se expressam através de mecanismos de classificação e distinção, provocando, dessa forma, a segregação dos sujeitos, a exemplo da separação dos papéis que podem ser exercidos por meninas, daqueles exercidos por meninos.

De acordo com Lins (2016 p. 23-24) discutir a relação de gênero significa que:

[...] quando pensamos em relações de gênero, nos referimos às maneiras como os sujeitos constroem a si mesmos a partir de estereótipos, normas de comportamento e expectativas sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher”. Embora a reprodução dessas identidades, estereótipos, normas ou expectativas naturalize o que entendemos como diferenças entre feminilidade e masculinidade, ou entre mulheres e homens, a discussão feita anteriormente nos provoca a pensar o quanto as diferenças de gênero são produtos da história e da educação em nossa sociedade.

Para Louro (2007), é necessário refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É interessante refletir sobre os modos como se regulam, normatizam e vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças, orientação sexual, identidade de gênero, e refletir acerca das práticas que esses sujeitos acionam para constituírem-se como homens e mulheres.

Os comportamentos impostos e esperados para homens e para mulheres podem ocasionar a construção de pólos estereotipados/hierarquizados que se manifestam mediante a ideia de valorização e desvalorização referente aos papéis que ambos ocupam na sociedade.

Ressalta-se que as questões de gênero configuram-se, no marco da sociedade capitalista, como expressões da questão social, nesse sentido é importante destacar a percepção e atuação do assistente social dentro desse contexto.

O trabalho do assistente social na educação volta-se para a identificação e atendimento das demandas provenientes da questão social que perpassam o cotidiano do campo educacional. Sendo assim, o profissional confronta-se diretamente com as questões de gênero que se manifestam no contexto escolar.

Os “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”⁴ especificam que a educação configura-se a partir de um complexo constitutivo da vida social e que sua função social é marcada por contradições e que para pensar a educação é necessário tomar a realidade na perspectiva da totalidade.

Especifica ainda que, a educação pode constituir-se como um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano e que o nosso Código de Ética de 1993, ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional, fornece elementos para compreendermos que no âmbito das atribuições e competências profissionais, seja vedada a conduta que reproduz censura e policiamento dos comportamentos, incutindo dominação ideológica e alienação moral.

É importante que o assistente social assuma uma postura crítica diante do preconceito e discriminação relacionados, nesse caso, à identidade de gênero, para que assim possa atuar de forma a combater essa visão sexista/conservadora no âmbito escolar e atuar conforme sinaliza o Código e o documento “Subsídios” para sua atuação na política educacional.

Ademais, o Código de Ética do/a assistente social de 1993 incorporou algumas correções formais, dentre elas, o reconhecimento da linguagem de gênero e esclarece que:

[...] o reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa última expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres.[...]. (BRASIL, Resolução 273 de 1993).

⁴ Documento do CFESS que objetiva contribuir para que a atuação profissional do assistente social na Política de educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em 05/02/2020

Diante do exposto, faz-se necessário perceber a importância que há em analisar de forma crítica e reflexiva esses fatores/comportamentos e/ou atitudes propagadas no interior das escolas, uma vez que a apreensão dessa problemática e disseminação nas discussões de gênero, poderia evitar o silenciamento dessas situações e, dessa forma, contribuir para o não aprofundamento do sexismo no contexto escolar e concomitantemente na sociedade.

Discutir gênero na escola significa abrir novos horizontes e possibilidades para enxergar essa temática de outra forma, significa fornecer “espaços” para novas abordagens, além de contribuir para a percepção de que os papéis impostos pela sociedade no tocante ao que o homem e a mulher podem ou não exercer e/ou desempenhar, nada mais são do que uma visão conservadora da sociedade dominante utilizada para manter a ordem e perpetuar o patriarcado existente como parte significativa de nossa história.

Pensar essa problemática e todas as consequências inerentes a ela nos propiciou a realização do Projeto de Intervenção “Trabalhando Gênero com o Corpo Docente e demais funcionários da Escola Municipal Ana Azevedo, assunto que abordaremos a seguir.

4. TRABALHANDO GÊNERO COM O CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ANA AZEVEDO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Projeto “Trabalhando gênero com o corpo docente e funcionários da Escola Ana Azevedo” foi realizado com o objetivo de aguçar e ampliar o olhar dos professores sobre a desigualdade de gênero e sua manifestação no cotidiano escolar.

O Projeto foi realizado de fevereiro de 2018 a junho de 2018 e desenvolveu-se a partir da sondagem com o corpo docente da escola e funcionários, em que buscamos identificar a percepção que eles têm acerca dos conflitos e problemáticas envolvendo o tema proposto.

É válido salientar que tivemos algumas dificuldades para conseguirmos efetivar o projeto de intervenção. A princípio, a secretária de educação recusou nossa proposta, alegando que não seria possível porque iria atrapalhar o desenvolvimento das aulas. Diante desse fato, procuramos apoio junto à diretora da instituição e da assistente social que prontamente conseguiram um horário (os alunos teriam aula até às 9h e só após esse horário poderíamos fazer nossa intervenção) e dessa forma foi possível fazer a intervenção sem “atrapalhar” as aulas.

Realizamos reuniões, palestras e rodas de conversas, procuramos relacionar o tema com a realidade vivenciada no cotidiano escolar dos professores, funcionários e alunos da instituição. Nesses momentos trabalhamos com dinâmicas, entrevistas e debates impactantes sobre discriminação e as diversas formas de preconceito, procuramos enfatizar a importância do envolvimento de todos nessa discussão.

O projeto foi desenvolvido a partir das próprias vivências e discussões na universidade e da observação no campo de estágio. Tais vivências

aguçaram os anseios e propiciaram o desejo de realizar na instituição o projeto de intervenção aqui apresentado.

No estágio, foi possível observar situações que traziam algumas inquietações e questionamentos. Foi possível perceber a diferenciação que sempre fazem dos papéis masculinos e femininos, a saber: quando o professor, por exemplo, leva uma bailarina para se trabalhar na aula, a imagem que aparece para ser vislumbrada pelos alunos sempre é a figura de uma mulher, não há menção a imagem de um bailarino. Da mesma forma, quando se trabalha a figura do policial, sempre é utilizado a imagem de um homem.

Logo, essa forma de trabalhar e apresentar essas temáticas, acabam por introjetar nas crianças a visão de que balé é para meninas e ser policial é para meninos. Esse fator, portanto, propaga a visão distorcida que a sociedade carrega acerca desse assunto.

Foi possível, também, observar a forma que brincadeiras são desenvolvidas (os brinquedos acabam sendo separados). Isso pode ser encarado como uma imposição quando se estabelece que determinados brinquedos são para meninos e outros para meninas. É preocupante perceber que tudo isso é reproduzido dentro do âmbito escolar e reproduzido na sociedade, assim como também ocorre o inverso.

Outro fator que foi possível analisar, diz respeito ao fato dos educadores trazerem para a dinâmica da escola o discurso religioso, associando-o ao debate sobre gênero, e propagando a ideia de que “minha religião prega isso”, “que foi assim que Deus quis”, “Deus fez a mulher para ajudar o homem”.

A partir dessas observações e reflexões acerca dessas recorrentes situações no cotidiano escolar, começamos a pensar de que forma poderíamos intervir para abordar a temática igualdade de gênero e quais atores/sujeitos sociais poderiam participar de tal experiência.

Optamos, nesse momento, não trabalhar com as crianças, pois durante a vivência de estágio, foi possível observar que se fez necessário trabalhar essa temática, inicialmente, com os professores e com os funcionários que também lidam diretamente com os educandos e possivelmente presenciam determinadas situações envolvendo o tema.

Nesse sentido, fez-se necessário pesquisar, discutir, abordar a diversidade e/ou igualdade de gênero e toda problemática inerente a ela com o corpo docente para provocar reflexões e questionamentos acerca das questões relacionadas a gênero a partir de uma visão histórica e crítica. O objetivo é que através desse contato com a temática, eles possam transmitir a seus alunos outro tipo de abordagem, diferente do senso comum, ou seja, diferente da realidade que a escola apresentava.

A articulação iniciou-se através de discussões com os próprios educadores, instigando-os a falarem, sobre seu ponto de vista relacionado a gênero, acerca das situações que envolvem a temática e que se relacionam com a questão do ser masculino e do ser feminino.

Para dar início a intervenção, aplicamos um questionário a 15 professores da referida instituição, para saber um pouco da percepção deles sobre a desigualdade de gênero. Esse momento constituiu-se como uma sondagem com o intuito de identificar a forma como eles enxergam e/ou entendem determinadas situações relacionadas à desigualdade de gênero no contexto escolar.

Quando questionados sobre o que eles entendiam acerca das relações de gênero, a maioria respondeu entender a relação de gênero como relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais são resultado de uma construção social/cultural. Identificam como papéis impostos pela sociedade.

É válido ressaltar que alguns professores ficaram um tanto confusos com tal questionamento e/ou demonstraram uma visão mais restrita sobre o que foi perguntado, a saber: “relacionamentos de pessoas que convivem juntas independentemente do sexo, que fogem do padrão convencional homem e mulher”; “creio que esse relacionamento é de total importância, principalmente na sala de aula”; “são construídas a partir do sexo biológico”, entre outras.

Quanto à opinião dos docentes sobre a discussão de gênero no âmbito escolar, identificamos algumas percepções. Para eles, é necessário que haja essa discussão, por tratar de uma temática bastante atual e que a escola não pode ficar fora dessa discussão/realidade. É importante discutir com maior profundidade, na tentativa de desmistificar esse assunto, uma vez que a sociedade e a religião impõem estereótipos que precisam ser superados.

Sendo assim, consideram importante porque o espaço escolar deve promover a igualdade entre as pessoas e contribuir para o entendimento e reconhecimento por parte dos alunos na identificação de preconceitos, discriminação, quando houver.

Quanto a trabalhar a temática e de que forma/mecanismos utilizar para abordar o assunto, a maioria respondeu que não aborda essa temática com seus alunos. Aqueles que discutem o assunto em suas aulas o fazem de forma sutil, a partir de atividades como textos e/ou leituras relacionadas ao tema, músicas, painéis, vídeo, imagens.

É preocupante perceber que mesmo fazendo parte da realidade dos alunos, tanto no âmbito escolar como fora dele, a temática diversidade/igualdade gênero ainda seja trabalhada de forma tão incipiente, ou às vezes, nem mesmo abordada pelos docentes, assim como foi possível perceber a partir das informações extraídas dos questionários.

Corroborando com essas informações, é importante trazermos para a discussão, algumas especificações da Lei Municipal de Campina Grande (6.950/2018) que trata da proibição de abordar em sala de aula assuntos que falam de gênero.

A referida lei coloca a família como “elemento natural e fundamental da sociedade” devendo ser protegida. Esse fator mais uma vez traz a idéia de que falar sobre gênero, discutir, abordar essa temática significa ferir os valores da família. Esse pensamento faz parte da ideologia conservadora e acaba sendo fortalecido quando se formaliza uma norma com esse teor. Lembrando que a família aqui mencionada é aquela família tradicional patriarcal.

Analisando esse contexto, pode-se subentender que alguns professores podem sentir-se “impedidos”, não se sentindo a vontade para discutir uma temática considerada tão polêmica, sendo muitas vezes tão reprimida pela concepção conservadora.

A partir da intervenção percebemos que alguns professores conheciam relativamente à temática, em contrapartida outros tinham maior propriedade acerca da mesma. No entanto, era perceptível que alguns docentes não davam

a devida importância, não achando necessária, tanto que poucos a trabalhavam com os alunos.

Após a intervenção alguns docentes sinalizaram que passaram a prestar mais atenção na elaboração das tarefas quando iam trabalhar as profissões. Outro fator que foi alterado na escola depois da intervenção foi a questão das filas, ao invés de filas para meninos e filas para meninas, agora é realizada uma fila mista, sem separações. As brincadeiras também passaram a ser vistas com um olhar mais flexível, podendo também serem mistas.

Acreditamos, assim, que através desse projeto abrimos a discussão sobre as mais variadas opiniões dos professores e funcionários sobre as diversas formas de preconceito, expondo a importância de estarem constantemente envolvidos com a temática da diversidade para que assim tenham uma apreensão mais aprofundada das relações que se manifestam na escola e que tem a ver com a temática proposta.

5. CONCLUSÃO

A educação, na sociedade capitalista, encontra-se articulada direta e indiretamente aos interesses do capital, sendo utilizada como um instrumento de controle e disciplina, para que assim a classe dominante mantenha-se na posição de poder. A escola age, portanto, como um aparelho ideológico do Estado, tornando-se funcional ao capital.

Sendo assim, a escola enfrenta diversas formas de intervenção e acaba sofrendo com as posturas e manobras da ideologia dominante no sentido de retroceder e manter um domínio sobre o papel da escola, sobre a ação pedagógica dos docentes, sobre os conteúdos programáticos.

É sabido que a escola reproduz com frequência as ideologias e estruturas sociais que transpassam toda a sociedade. Sendo a sociedade travestida de concepções preconceituosas sobre os papéis masculinos e femininos, a escola, por sua vez, acaba disseminando tais concepções sexistas em seu interior. Esse fator reforça, portanto, o preconceito existente em nossa sociedade.

Logo, não se trata mais de uma ação velada, mas torna-se uma discussão que tem sido objeto de ataques, proibições, calúnia, perseguições. Ultrapassamos, portanto, a época do velado, agora, estamos na época do silenciamento a força, ainda que seja a força da lei.

Tão importante quanto identificar a presença de práticas sexistas no âmbito escolar é saber interpretar/compreender suas influências em nosso cotidiano, refletir acerca do preconceito inerente a essas práticas e criticá-lo, evidenciando e trabalhando outras maneiras de pensar e enxergar essa problemática

Ressalta-se que a escola não é a única responsável por essa importante tarefa, mas torna-se um lugar propício para tal, um espaço estratégico para o diálogo e para a defesa de uma reflexão livre de preconceitos/discriminações e de estereótipos, principalmente dos propagados pelo discurso religioso.

Discutir acerca dessa temática com o intuito de demonstrar que essa visão sexista/preconceituosa não é algo natural e sim uma construção social, que se manifesta em diferentes contextos e com intensidade diversificada a depender da cultura na qual se insere, pode constituir-se como forma e/ou

estratégia de enfrentamento a esse pensamento conservador da ideologia dominante.

A partir das reflexões expostas ao longo desse estudo, identificou-se que mesmo a temática estando inserida na discussão acerca da diversidade sexual, assegurada no currículo escolar como um tema transversal, ainda percebe-se que na prática tem-se uma abordagem superficial do tema/assunto.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário elencarmos algumas indicações com o intuito de defender uma escola democrática, mesmo sabendo que não é possível ter uma escola emancipadora, igualitária, humanista, no marco de uma sociedade opressora, que tem na escola uma de suas formas de reprodução ideológica.

Entretanto, é de suma importância assumir o compromisso de identificar, discutir, debater a diversidade/identidade de gênero e envolver toda a escola e comunidade nessa discussão.

É preciso apontar o caráter ideológico da classe dominante e a influência dessa ideologia na escola. É necessário a aquisição de um novo olhar acerca dessa realidade e buscar desconstruir certos comportamentos, posturas e posicionamentos.

Esse trabalho possibilitou a incorporação dessa discussão no âmbito escolar da Escola Ana Azevedo e nos permitiu visualizar as dificuldades e empecilhos enfrentados pela escola no tocante a temática, bem como permitiu um olhar mais atento sobre esse assunto, sobre as práticas que envolvem esse assunto e, sobretudo os conteúdos que abordam essa temática.

Concordamos que não é uma tarefa fácil desmistificar os estereótipos apregoados desde o início de nossa história, mas entendemos que é necessária a viabilização do debate sobre tal problemática e que este deve ultrapassar os portões da escola e envolver além da comunidade acadêmica o poder público em todas as suas esferas.

6. REFERÊNCIAS

Agência IBGE Notícias. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens.** Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 10/02/2020.

BRASIL, **Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.** Brasília, CFSS, 2012. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 06/02/2020.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

FEITOSA, N. F. M. Trabalho e família: opressões às mulheres na sociedade do capital. **VI Seminário CETROS Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora.** Itaperi, UECE, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Trabalho+e+fam%C3%ADlia%3A+opress%C3%B5es+%C3%A0s+mulheres+na+sociedade+do+capital&dq=Trabalho+e+fa>

m%C3%ADlia%3A+opress%C3%B5es+%C3%A0s+mulheres+na+sociedade+d
o+capital&aqs=chrome..69i57.996j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso
em: 30/09/2019.

LESSA, S. **Abaixo a Família Monogâmica.** Instituto Luckács, 1º ed. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.institutolukacs.com.br/single-post/2015/03/31/Abaixo-a-Fam%C3%ADlia-Monog%C3%A2mica>. Acesso em: 23/09/2019.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>. Acesso em 17/11/2019.

____ **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LINS, B. A. **Diferentes, não desiguais:** a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

PINHEIRO, L. J. C. **O Patriarcado presente na Contemporaneidade:** Contextos de Violência. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf. Acesso em: 22/09/2019.

RIBEIRO, A. S. e PATÁRO, R. F. **O Sexismo na escola:** algumas reflexões. IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão, 27 a 31 de Outubro de 2014. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CH/16.pdf. Acesso em 15/11/2019

SAFFIOTI, H. L. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3º Ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013.

____ **O Poder do Macho.** São Paulo, Editora Moderna, 1987.

TOLEDO, C. **Mulheres:** o gênero nos une, a classe nos separa. 2º Ed. São Paulo, Editora Sundermann, 2008.

ANEXO A- Registros das intervenções realizadas na Escola Ana Azevedo, Campina Grande/PB.



Intervenção realizada no dia 26/04/2018 - Contexto histórico de opressão à mulher.



Intervenção com a Professora Barbara em 24/05/2018 – Opressão à mulher: estatística de violência (feminicídio).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e me manter de pé em tantos momentos difíceis. Ao meu pai Edgar Luiz, que foi meu “Paitrocínio”, meu amigo, meu incentivador, que acreditou em mim até mesmo quando nem eu mesma acreditava.

Ao meu irmão Edcarlos Da Silva Luiz, que nunca mediu esforços para me ajudar nessa jornada, fosse com um livro, com uma carona ou com uma palavra de incentivo.

A minha irmã Ednailma Cidarle Da Silva Luiz, que sempre esteve ali me apoiando, me incentivando e me dando sempre a certeza que eu não estava sozinha.

Ao meu Marido Rômulo, que foi a pessoa que me incentivou, que caminhou ao meu lado e me mostrou o quanto eu era capaz de chegar até aqui. Que nos momento difíceis olhou nos meus olhos e me disse calma, estou aqui para o que você precisar. Você vai conseguir!

Ao meu amigo Diogo, que embarcou comigo nesse projeto, que começou como colega de universidade, depois companheiro de estágio e agora um amigo que quero levar por toda vida.

Agradeço as minhas “Parêas”, Rosemary Borges, Simone Azevedo e Débora Souza, que foram amigas no melhor sentido da palavra, em seis anos nós fomos o apoio umas das outras. Que bom, que agora, eu, a ultima a completar essa etapa, posso dizer a vocês, valeu muito a pena. Vocês foram essenciais nessa jornada.

Agradeço a minha amiga Patrícia Andrade, que não mediu esforços para me ajudar, me orientar e virar noites de estudos comigo em cada etapa dessa jornada.

Agradeço a professora Maria Noalda Ramalho, por tantos ensinamentos e sempre respeitar minhas escolhas. A Assistente Social Graça Cabral, por me mostrar com tanta ética, seriedade e acima de tudo com amor o papel do Assistente Social. Ao professor Francisco de Assis, que com os seus cursos de extensão mostrou-me outra visão do Assistente Social, o sujeito do campo.

E por fim, mas não menos importante a minha orientadora Barbara Figueiredo, pessoa que nutro uma profunda admiração profissional e pessoal. Ética, correta, que desempenhou sua função de orientadora com maestria, e principalmente com muita humanidade, sempre me dando apoio, me tratando sempre de igual para igual e nunca demonstrando nenhum tipo de hierarquia. Quero que saibas que esse fator foi essencial para que eu chegasse até aqui.

A todos e todas, o meu muito obrigada!